UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO NO BRASIL DE 2001 A 2011

Kamilla Danielly da Silva⁷¹ – kamilladanielly@hotmail.com
Joana D'arc Bardella de Castro⁷² –joana.anhanguera@hotmail.com

Introdução

A primeira iniciativa brasileira de criação de uma política habitacional de abrangência nacional, com fontes e recursos permanentes e com mecanismos próprios de financiamento ocorreu em 1964, com a instituição do Sistema Financeiro Habitacional e o Banco Nacional de Habitação. Desde então o governo federal passou a ter atribuições de formular a política nacional de habitação e coordenar as ações públicas e privadas para estimular a construção civil e o financiamento imobiliário.

O objetivo da política habitacional executada pelo Banco Nacional de Habitação foi o acesso a moradia para as famílias de média e baixa renda. Os recursos foram fornecidos pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo e Serviço). O objetivo desta pesquisa é analisar evolução do crédito imobiliário no mercado brasileiro no período de 2001 a 2011, bem como as políticas de incentivos ao financiamento.

Revisão Bibliográfica

O Brasil ainda é uma nação em que a participação dos financiamentos habitacionais é baixa na composição do Produto Interno Bruto (PIB), mas que nas últimas décadas tem crescido bastante devido a participação governamental. Segundo IPEA (2007) no ano de 2005 o Brasil contava com cerca de 53.052.651 domicílios permanentes dos quais cerca de 90% localizam-se nas áreas urbanas, entretanto há um déficit habitacional no país cerca de oito milhões de moradias.

Segundo Matias e Quaglio (2012), no período de 2001 a 2011, os financiamentos imobiliários para pessoas físicas cresceram de cerca de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 13 bilhões. O alcance de tal aquecimento se dá por medidas não apenas privadas como governamentais. Dentre as ações a fim de recuperar a capacidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como principal fonte de interesse social para o alcance da habitação e também a redução da taxa básica de juros (Selic), que ampliam as expectativas do mercado.

O crédito habitacional em conjunto com outras variáveis compõe o Produto Interno Bruto (PIB), tanto na parte de investimento por se tratar de infraestrutura como também no âmbito de gastos do governo visto que o governo oferece subsídios para o setor. (MATIAS E QUAGLIO, 2012).

⁷¹ Graduando(a) em Ciências Econômicas, UEG/UnUCSEH-Anápolis(GO)

⁷² Orientador, docente do curso de Ciências Econômicas, UEG/UnUCSEH-Anápolis(GO)

Material e Métodos

A metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica e relatórios de dados a respeito da evolução de crédito imobiliário ocorrida no Brasil nas últimas décadas.

Conclusões

Apesar da expansão da economia brasileira, o país ainda possui um grande déficit habitacional quando comparado a outros países, não apenas nações desenvolvidas como também nações em desenvolvimento. Espera-se que as políticas econômicas continuem centradas no crescimento e desenvolvimento socioeconômico do país para que as desigualdades sociais sejam minimizadas, e que necessidades básicas do homem como a habitação possa ser cada vez mais satisfeitas.

Referência Bibliográfica

IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. *Habitação*. Brasília, n. 14, fev.2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/habitacao.pdf>. Acesso: 05 ago. 2012.
MATIAS, A.B; QUAGLIO, G de M. A evolução recente do financiamento imobiliário no Brasil. *IBEF News*. São Paulo, jan. 2012, p.46-50. Disponível em: < <http://www.ibef.com.br/ibefnews/pdfs/164/inepad.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2012.